



Prova Escrita Objetiva – Nível Superior

CURSO DE FORMAÇÃO 2017



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo quarenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **3 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- o **tempo mínimo de permanência** do candidato em sala, após o início da prova, deve ser de **1 hora**
- **em nenhum momento** da prova será permitido ao candidato **levar o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Introdução à Fiscalização

1

Quanto às evidências adequadas e suficientes da estrutura conceitual de auditoria, analise as afirmativas a seguir:

- I. A confiabilidade da evidência é influenciada pela sua fonte de obtenção, sendo a confirmação de fonte externa ou independente um fator que aumenta o grau de confiabilidade.
- II. A evidência gerada internamente é mais confiável quando os controles internos são eficazes.
- III. A declaração subsequente do que foi discutido é mais confiável do que a evidência documental.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) II e III.

2

Sobre a classificação das auditorias, com base no Regimento Interno do TCMSP, analise as afirmativas a seguir:

- I. A auditoria programada está incluída em um Plano Anual de Fiscalização do TCMSP – PAF, aprovado pelo Pleno do Tribunal.
- II. A auditoria extraplano depende da ocorrência de situações específicas não previstas no Plano Anual.
- III. O procedimento especial de Tomada de Contas será instaurado quando for constatada a prática de ato que cause a perda, subtração, extravio ou dano em valores, bens e materiais do Município de São Paulo, por pessoa sujeita à jurisdição do Tribunal.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente I e II;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

3

O desenvolvimento de um achado de auditoria deve ser registrado no(s):

- (A) relatório de auditoria;
- (B) papéis de trabalho;
- (C) programa de auditoria;
- (D) plano de auditoria;
- (E) parágrafos de ênfase do relatório.

4

Entre os princípios éticos adotados pelas Normas Profissionais – NP aplicadas aos profissionais da contabilidade, constam:

- (A) objetividade, cumplicidade e conduta impecável;
- (B) competência profissional, zelo e oportunidade;
- (C) sigilo profissional, zelo e integridade;
- (D) perfil investigativo, ceticismo e comportamento profissional;
- (E) tempestividade, objetividade e educação continuada.

5

Segundo a NBC TA 230 (R1), considera-se “auditor experiente” um indivíduo que possui experiência prática de auditoria e conhecimento razoável de:

- (A) processos administrativos, cíveis e trabalhistas;
- (B) contabilidade societária e contabilidade aplicada ao setor público;
- (C) normas de auditoria, assuntos e processos de auditoria, e ambiente de negócios em que opera a entidade;
- (D) gestão de qualidade e técnicas de mapeamento de processos;
- (E) direito empresarial e legislação comercial.

6

Com base na Lei nº 8.666/93, são consideradas espécies de contratos administrativos, de acordo com o objeto e as particularidades do ajuste:

- (A) obras, alienações, parcerias público-privadas e consórcios;
- (B) alienações, termos de cooperação, obras e compras;
- (C) serviços, obras, concessões e consórcios;
- (D) obras, serviços, compras e alienações;
- (E) compras, obras, permissões e convênios.

7

São prerrogativas do fiscal de contratos as seguintes atribuições:

- (A) acompanhar a execução do contrato, limitando-se aos seus aspectos qualitativos;
- (B) exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos;
- (C) solicitar diretamente ao funcionário contratado com dedicação exclusiva, a adequação e a qualidade dos serviços prestados;
- (D) solicitar ao órgão contratante a liberação da garantia prestada pelo contratado por ocasião da rescisão contratual, independentemente do pagamento pela contratada das verbas rescisórias aos empregados;
- (E) anotar em registro próprio as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, solicitando ao seu superior hierárquico em tempo hábil a adoção de medidas para regularização das faltas ou defeitos observados.

8

Revisados e atualizados, sempre que as circunstâncias o exigirem, os programas de trabalho de auditoria devem ser formalmente preparados e estruturados, de forma a servirem como:

- (A) guia de planejamento documentado de trabalhos;
- (B) guia e meio de controle de execução dos trabalhos;
- (C) instrumento para identificação e solução de problemas potenciais da entidade;
- (D) certificado ou parecer de auditoria;
- (E) instrumento para planejamento de risco de controle.

9

O auditor, quando enfoca a eficácia na execução de um projeto de uma entidade governamental, deve preocupar-se com:

- (A) o relacionamento externo da entidade executora, bem como o atendimento das necessidades sociais;
- (B) os prazos e condições nos quais são obtidos recursos físicos, humanos e financeiros;
- (C) o custo, a forma pela qual os meios são geridos e a otimização dos recursos disponíveis;
- (D) a consecução dos objetivos e das metas;
- (E) a proteção e a conservação dos recursos.

10

Com base nas prerrogativas da Administração no regime jurídico dos contratos administrativos, instituído pela Lei nº 8.666/93, analise os itens a seguir:

- I. Modificar contratos, unilateralmente, para melhor adequação ao interesse dos gestores, independentemente dos direitos do contratado.
- II. Rescindir contratos, unilateralmente, nos casos listados em inciso específico.
- III. Fiscalizar a execução de contratos.
- IV. Aplicar sanções motivadas apenas pela inexecução total do ajuste.
- V. Nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato.

Nesse âmbito, correspondem a prerrogativas da Administração:

- (A) somente I, II e IV;
- (B) somente II, III e V;
- (C) somente II, IV e V;
- (D) somente I, III e IV;
- (E) I, II, III, IV e V.

11

Na aquisição de computadores para o uso cotidiano dos servidores, a modalidade de licitação a ser utilizada é:

- (A) Pregão;
- (B) Concorrência;
- (C) RDC;
- (D) Tomada de preços;
- (E) Convite.

12

O Município de São Paulo necessita de pessoa jurídica de direito público, para a prestação de serviços públicos, de interesse da coletividade local, cuja criação seja feita por lei. Diante disso, deverá ser instituída:

- (A) sociedade de economia mista;
- (B) empresa pública;
- (C) organização social;
- (D) autarquia;
- (E) organização da sociedade civil de interesse público.

13

O procedimento que faz parte da atuação fiscalizatória do Tribunal de Contas do Município de São Paulo é:

- (A) perícia;
- (B) denúncia;
- (C) mandado de segurança;
- (D) acompanhamento;
- (E) recurso hierárquico.

14

Determinada Secretaria do Município de São Paulo impede o ingresso do agente de fiscalização do Tribunal de Contas do Município em sua repartição, alegando que toda e qualquer visita deverá ter agendamento prévio. Nesse caso, a conduta da Secretaria em impedir a entrada do agente de fiscalização está:

- (A) correta, pois as atuações de fiscalização devem ser agendadas;
- (B) correta, pois a Secretaria Municipal se submete à jurisdição do Tribunal de Contas do Estado;
- (C) errada, pois o agente de fiscalização tem livre e imediato ingresso nas Secretarias Municipais;
- (D) errada, pois o órgão é público e qualquer cidadão tem livre acesso;
- (E) correta, pois o ingresso de qualquer pessoa, agente ou não, depende de autorização prévia do Secretário da Pasta.

15

Determinado edital de licitação não previu o tratamento preferencial às microempresas e empresas de pequeno porte. Nessa situação, o tratamento diferenciado:

- (A) deverá ser conferido, independentemente de previsão editalícia;
- (B) somente poderá ser conferido se o particular interessado tiver impugnado o edital dentro do prazo legal;
- (C) não poderá ser conferido, sob pena de violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório;
- (D) somente poderá ser conferido às microempresas, mas não às empresas de pequeno porte;
- (E) somente poderá ser conferido se as demais licitantes concordarem com a sua aplicação no curso do certame.

16

Os pareceres que analisam a legalidade de edital de licitação são:

- (A) de mérito;
- (B) obrigatórios;
- (C) vinculantes;
- (D) facultativos;
- (E) alternativos.

17

Quanto à decisão do Tribunal de Contas que condenou determinado agente a devolver aos cofres públicos o prejuízo que causou, é correto afirmar que:

- (A) tem eficácia de título executivo;
- (B) não precisa ser cumprida até que sobrevenha decisão judicial a respeito;
- (C) deve ser liquidada perante o Poder Judiciário;
- (D) não possui incidência de multa por atraso no pagamento;
- (E) o prazo para recolhimento do valor devido é de 60 (sessenta) dias.

18

As fundações públicas municipais relacionam-se com o fenômeno da:

- (A) desconcentração;
- (B) descentralização;
- (C) centralização;
- (D) contratualização;
- (E) tredestinação.

19

O controle exercido pelo Tribunal de Contas do Município é de:

- (A) legalidade;
- (B) legalidade e vantajosidade;
- (C) legalidade, vantajosidade e oportunidade;
- (D) legalidade, legitimidade e economicidade;
- (E) legalidade, discricionariedade e oportunidade.

20

Sobre as consultas formuladas ao Tribunal de Contas do Município, é correto afirmar que:

- (A) as consultas deverão necessariamente se referir a um caso concreto;
- (B) os pareceres emitidos por decisão do Tribunal Pleno, em resposta às Consultas, têm caráter normativo;
- (C) as consultas poderão ser formuladas por qualquer cidadão;
- (D) os pareceres emitidos por decisão do Tribunal Pleno, em resposta às Consultas, restringem-se ao órgão consulente;
- (E) as consultas podem se referir à matéria de competência de outros entes da Federação.

O processo no TCM**21**

São jurisdicionados do TCMSP:

- (A) os Poderes Executivo, Legislativo e Judicial do Município de São Paulo;
- (B) a Administração direta e indireta do Município de São Paulo, a Defensoria Pública e o Ministério Público;
- (C) o Poder Executivo, as empresas estrangeiras sediadas no Município da Câmara Municipal;
- (D) a Administração direta e indireta do Município de São Paulo, a Câmara Municipal e o Tribunal de Contas do Município de São Paulo;
- (E) empresas públicas e privadas sediadas no Município de São Paulo.

22

São recursos cabíveis nos processos do Tribunal de Contas do Município de São Paulo:

- (A) embargos de declaração, recurso ordinário, revisão, agravo regimental e pedido de reexame;
- (B) embargos de declaração, recurso hierárquico, revisão, agravo e pedido de reexame;
- (C) apelação, revisão, agravo regimental e pedido de reexame;
- (D) revisão, agravo regimental, embargos de divergência e pedido de reexame;
- (E) embargos de declaração, defesa prévia, revisão, agravo regimental e pedido de reexame.

23

A fiscalização realizada pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo compreende os aspectos:

- (A) eleitoral, de legalidade e economicidade;
- (B) orçamentário, criminal, financeiro, operacional e contábil;
- (C) patrimonial, financeiro, eleitoral, contábil e operacional;
- (D) financeiro, operacional, político e patrimonial;
- (E) contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial.

24

O recurso de revisão tem cabimento quando a decisão recorrida:

- (A) estiver fundada em erro de cálculo ou documentos falsos, ocorrerem fatos novos com eficácia sobre a prova produzida ou violar disposição literal de lei;
- (B) contiver contradição, omissão ou obscuridade;
- (C) estiver fundada em documento falso, ocorrerem fatos novos relevantes ou violar princípio constitucional;
- (D) estiver fundada em erro de cálculo ou documentos antigos ou, ainda, violar disposição literal de lei;
- (E) contiver contradição ou violação a expresso dispositivo legal.

25

Em relação à medida cautelar, é correto afirmar que:

- (A) pode ser concedida pelo Relator, que deverá submeter o despacho à apreciação do Plenário na primeira sessão extraordinária seguinte;
- (B) deve ser apreciada, por referente, em sessão plenária extraordinária designada para essa finalidade;
- (C) pode ser concedida pelo Relator, que deverá submeter o despacho à apreciação do Plenário na primeira sessão ordinária seguinte;
- (D) será deferida, em qualquer hipótese, pelo Presidente do Tribunal de Contas do Município, após manifestação do Secretário Geral;
- (E) o despacho que a conceder, necessariamente subscrito por dois Conselheiros, não precisa apresentar os motivos.

26

No caso de indeferimento do requerimento formulado pela Procuradoria da Fazenda Municipal, para que o relator lhe conceda prazo razoável para obter informações e documentos indispensáveis à instrução do processo, caberá:

- (A) reclamação para o Procurador Geral do Município;
- (B) agravo regimental retido;
- (C) agravo de instrumento;
- (D) pedido de reexame;
- (E) embargos de declaração.

27

Nos processos do Tribunal de Contas do Município de São Paulo:

- (A) a parte, se servidor público, deverá ser representada nos autos por procurador municipal, designado para tanto;
- (B) a parte, se pessoa física ou jurídica de direito privado, deverá comparecer aos autos, obrigatoriamente representada por advogado;
- (C) a representação por advogado é vedada, por se tratar de processo de natureza administrativa e não judicial;
- (D) a representação por advogado é uma faculdade da parte, sendo possível a realização de defesa por ela própria;
- (E) a parte não pode se manifestar no processo.

28

O Tribunal de Contas do Município de São Paulo tem competência para aplicar, além de multas, a seguinte sanção administrativa:

- (A) declaração de inidoneidade;
- (B) bloqueio de bens;
- (C) proibição de ocupar função pública;
- (D) detenção por até seis meses;
- (E) advertência.

29

As contas consistirão no balanço geral do(s):

- (A) dois últimos exercícios, acompanhado dos demonstrativos e anexos exigidos pela legislação pertinente, bem como do relatório circunstanciado das gestões financeira, orçamentária e patrimonial;
- (B) exercício, acompanhado dos demonstrativos e anexos exigidos pela legislação pertinente, bem como do relatório circunstanciado das gestões financeira, orçamentária e patrimonial;
- (C) exercício, acompanhado dos demonstrativos e anexos exigidos pela legislação pertinente, bem como do relatório circunstanciado das gestões financeira, política e patrimonial;
- (D) exercício, acompanhado dos demonstrativos e anexos exigidos pela Constituição Federal, bem como do relatório circunstanciado das gestões financeira, orçamentária e eleitoral;
- (E) exercício, acompanhado dos demonstrativos e anexos exigidos pela legislação pertinente, bem como do relatório circunstanciado das gestões de governo, institucional e patrimonial.

30

Apontadas pelos órgãos técnicos quaisquer irregularidades sem indicação dos envolvidos na sua prática será(ão) intimado(s):

- (A) o Procurador Geral Do Município ou o dirigente máximo da entidade municipal;
- (B) o Prefeito Municipal e o Presidente da Mesa da Câmara;
- (C) o ordenador da despesa e seu superior hierárquico;
- (D) o ordenador da despesa ou o dirigente máximo da entidade municipal;
- (E) o controlador geral do Município.

Técnicas de Comunicação Escrita

31

O jornal *O Globo*, de 20 de março de 2017, publicava o seguinte texto:

“Os social-democratas elegeram por unanimidade ex-presidente do Parlamento europeu Martin Schulz para desafiar Angela Merkel nas urnas”.

O problema de escrituração desse texto é:

- (A) a forma errada do plural “social-democratas”;
- (B) a ausência de vírgulas no destaque do termo “por unanimidade”;
- (C) a colocação indevida do termo “Martin Schulz” que deveria estar antes de “ex-presidente”;
- (D) a ambiguidade de sentido do termo “para desafiar Angela Merkel nas urnas”;
- (E) a ausência de identificação do nome “Angela Merkel”.

32

Na sala de professores de uma determinada escola estava colocado na parede o seguinte cartaz:

O fumo faz mal à saúde.

É proibido fumar nestas dependências.

A relação lógica entre as duas linhas é a de:

- (A) causa/consequência;
- (B) declaração/comprovação;
- (C) afirmação/explicação;
- (D) opinião/justificativa;
- (E) consequência/causa.

33

O principal argumento implícito no texto anterior é o de:

- (A) sedução;
- (B) tentação;
- (C) intimidação pelo medo;
- (D) intimidação pela vergonha;
- (E) competição.

34

A propaganda de uma revista de uma agência turística de viagens dizia o seguinte: “Um único idioma no ônibus. Somente participantes falando português na Europa de primeira classe.”

Deduz-se desse texto publicitário que:

- (A) os clientes a serem conquistados são principalmente os que falam bem o nosso idioma;
- (B) todas as viagens serão realizadas de ônibus;
- (C) serão visitados somente locais mais sofisticados;
- (D) as visitas programadas se limitam a Portugal, único país de língua portuguesa na Europa;
- (E) as viagens são integralmente preparadas para os falantes de língua portuguesa.

35

Uma cantiga infantil diz o seguinte:

“Eu fui no Tororó

Beber água não achei

Achei bela morena

Que no Tororó deixei”

Essa cantiga é composta em forma popular e não respeita princípios gramaticais rigidamente. A principal correção gramatical a ser feita nesse texto é:

- (A) a troca de “no” por “ao” no primeiro verso;
- (B) a falta de vírgula entre “beber água” e “não achei”;
- (C) a ausência de uma conjunção no início do verso 3;
- (D) a ausência do artigo “uma” antes de “bela morena”;
- (E) a troca de posição de “no Tororó” para o final do verso.

36

Em “Beber água não achei” há duas orações; para manter a coerência entre essas duas orações, o conectivo adequado é:

- (A) portanto;
- (B) enquanto;
- (C) no entanto;
- (D) pois;
- (E) tanto que.

37

“Uma vez que já tinha armas, cavalo e dama, só faltava a Dom Quixote sair estrada afora em busca de aventuras. E foi assim que, um belo dia, antes do amanhecer, levantou-se da cama de um salto, vestiu sua armadura, tomou sua lança, montou em Rocinante e afastou-se cavalgando da sua aldeia. E o fez tão em segredo, que ninguém percebeu que estava indo”.

Esse é um segmento, numa versão adaptada, do célebre romance “Don Quixote”, de Cervantes. Trata-se, como se pode ver, de um texto narrativo.

A característica básica desse tipo de texto, que se pode observar no segmento, é:

- (A) a presença de personagens;
- (B) a sequência cronológica de ações;
- (C) a falta de verossimilhança;
- (D) um narrador em primeira pessoa;
- (E) a localização da história em um local fantástico.

38

“O artista moderno quer criar coisas. A ênfase está em criar. Ele quer sentir que realizou algo que antes não existia. Não apenas a cópia de um objeto real, por mais habilidosa, não apenas uma peça de decoração, por mais engenhosa, mas algo mais importante e duradouro do que ambas, algo que ele sente ser mais real do que os objetos vulgares da nossa trivial existência”. (A *História da Arte*, E. H. Gombrich)

Nesse sentido, a arte moderna:

- (A) tenta copiar objetos reais, como faz a arte clássica;
- (B) propõe-se a criar coisas novas, transformando o real;
- (C) procura reproduzir qualidades decorativas da arte;
- (D) supera a vulgaridade da arte popular;
- (E) pretende algo mais duradouro e importante que a própria arte.

39

Segundo o texto, “A História da Arte”, criar corresponde a:

- (A) ser mais real do que os objetos vulgares;
- (B) copiar objetos reais;
- (C) realizar algo que antes não existia;
- (D) reproduzir habilmente uma peça de decoração;
- (E) superar os objetos importantes e duradouros.

40

“Como dizia Platão, ‘Desde o nascimento, tanto os homens como os animais têm o poder de captar as impressões que atingem a alma por intermédio do corpo’.

Considerando ser esse um texto argumentativo, o argumento principal do autor do texto se concentra:

- (A) no valor dos conhecimentos antigos;
- (B) no raciocínio logicamente construído;
- (C) na sua experiência pessoal;
- (D) nas comprovações a partir da observação do real;
- (E) na autoridade de Platão.

Realização

